

Senadores cobram ações sociais no combate ao *crack*

Repressão em áreas como a Cracolândia, em São Paulo, não pode acontecer dissociada de políticas públicas para tratamento e reinserção social dos usuários da droga, de acordo com integrantes de comissão do Senado que em 2011 analisou a dependência química no país

Em São Paulo, dependentes e traficantes mudam de lugar quando a polícia faz operações em locais de venda e consumo de *crack*

Senadores que participaram da Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos alertam que Congresso, governo e toda a sociedade precisam se

unir para somar prevenção e recuperação de dependentes às ações pontuais de repressão ao tráfico e ao consumo do *crack*.

O número de usuários dessa droga no Brasil

pode estar na casa de 2 milhões, e a Organização Mundial da Saúde estima que o país tenha prejuízo anual de R\$ 30 bilhões no setor público devido à falta de política adequada no combate ao vício. **3**

Livros didáticos do MEC poderão ser em papel reciclado **2**

Senado analisa regulamentação de profissões ligadas ao braille

Apresentado pelo senador Paulo Paim, projeto de lei regulamenta as profissões de transcritor e revisor de textos em braille. O texto aguarda

votação final na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O relator da proposta nessa comissão, Lindbergh Farias, é favorável à sua aprovação. **2**



Paulo Paim pede a regulamentação do transcritor e do revisor de braille



Deficiente visual revisa material do Senado em braille: projeto em análise na Casa regulamenta a profissão

Em 90 dias, começa sistema nacional para menor infrator

A Lei 12.594/12 institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) e foi sancionada nesta semana. **2**

Orçamento para 2012 foi sancionado hoje, sem vetos

O Orçamento deste ano estima uma receita de R\$ 1,6 trilhão, com investimentos da ordem de R\$ 106 bilhões. **2**

Projeto em análise no Senado estabelece que quantidade de fibras de material reciclado nas publicações escolares deverá subir paulatinamente ao longo dos anos

Livros distribuídos pelo MEC poderão ter papel reciclado

OS LIVROS DIDÁTICOS distribuídos pelo Ministério da Educação (MEC) poderão ser impressos em papel reciclado. É o que propõe o projeto de lei do então senador Renato Casagrande que se encontra na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

De acordo com a proposta (PLS 612/07), o papel dos livros distribuídos pelos programas nacionais do Livro Didático, do Livro Didático para o Ensino Médio, do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos e Biblioteca da Escola deverá conter fibras originárias de material reciclado.

A proposta também determina que tais fibras sejam provenientes de matéria-prima produzida no Brasil.

Emenda do relator na CMA, senador Cícero Lucena (PSDB-PB), estabelece que, até dois anos após a publicação da lei, esses livros deverão ser produzidos com pelo menos 5% de fibras provenientes de material reciclado. No terceiro ano, 15%. A partir do quarto ano, no mínimo 25%.

Ao justificar o projeto, Casagrande destacou que a utilização de materiais reciclados contribui diretamente com a proteção do meio ambiente e reforça nos jovens essa preocupação.

Depois de aprovada na CMA, a matéria será examinada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), em decisão terminativa (se não houver recursos para exame do Plenário, vai direto à Câmara).



Alunos de escola do Distrito Federal: projeto de lei obriga livros escolares a conter papel reciclado

Dilma sanciona Orçamento sem vetos

Quase um mês depois de aprovado pelo Congresso Nacional, o Orçamento da União de 2012 foi sancionado pela presidente Dilma Rousseff, sem vetos. A lei foi publicada hoje no *Diário Oficial da União*. A receita total estimada é de R\$ 1,602 trilhão, já excluídos os R\$ 655 bilhões reservados ao refinanciamento da dívida pública. Para investimentos estão previstos mais de R\$ 106 bilhões.

O governo poderá alterar a destinação de parte dos recursos. Em cada obra, até 10% poderão ser remanejados. Nos grupos de outras despesas correntes e investimentos, inclusive nas dotações para o Programa de

Aceleração do Crescimento (PAC), o remanejamento estará limitado a 30%.

O orçamento da Previdência e da Seguridade Social tem déficit de R\$ 63 bilhões, já que as receitas estimadas para o setor são de R\$ 535,79 bilhões e as despesas, de R\$ 598,19 bilhões.

Aprovado em 22 de dezembro, o Orçamento de 2012 não contempla reajustes salariais para servidores do Judiciário e do Ministério Público da União, nem o pretendido aumento real dos benefícios das aposentadorias que estão acima do salário mínimo. O texto aprovado teve relatoria do deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP).

Projeto de Marta Suplicy altera definição de estupro

Marta Suplicy (PT-SP) propõe recriar o tipo penal do "atentado violento ao pudor", retirado do Código Penal em 2009. A proposta (PLS 656/11) aguarda designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça.

A mudança de 2009 fundiu os crimes de estupro e de atentado violento ao pudor. Segundo Marta, a modificação provocou um "efeito imprevisto", ao dificultar a aplicação da pena a atos libidinosos sem penetração. Os juízes tendiam a utilizar a Lei das Contravenções Penais, com penas mais brandas.

Por isso, o projeto propõe que todos os atos forçados de conjunção carnal ou análogos sejam considerados estupro e que os atos libidinosos não análogos a conjunção carnal sejam considerados atentado violento ao pudor.



Pedro França/Senado Federal

Atendimento a menor infrator terá regras nacionais em 90 dias

Entra em vigor em 90 dias a Lei 12.594/12, que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) e reúne princípios, regras e critérios para a execução de medidas socioeducativas e de programas de atendimento ao adolescente infrator.

A lei foi sancionada com sete vetos na quarta-feira. Dois dos vetos incidiram sobre artigos que previam a possibilidade de tratamento de adolescentes com deficiência mental ou problemas de dependência de álcool e drogas na rede privada, custeado pelo poder público. Artigo que determinava que as unidades destinadas à internação feminina deveriam dispor de infraestrutura para atendimento de emergência a adolescentes grávidas, em trabalho de parto ou convalescentes, também foi vetado.

Além de recursos orçamentários, o Sinase poderá ser financiado pelos fundos de Amparo ao Trabalhador (FAT) e Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). E doações aos fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente poderão ser deduzidas do Imposto de Renda.

Paim quer regulamentar profissões ligadas à escrita em braile

Transcritor e revisor de textos em braile poderão ver suas profissões regulamentadas. Projeto de lei do Senado (PLS 67/11) de Paulo Paim (PT-RS) aguarda votação final na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O relator, Lindbergh Farias (PT-RJ), é favorável à aprovação da matéria.

O projeto prevê a participação obrigatória do transcritor e do revisor na produção de textos no sistema braile, com fins comerciais, educacionais ou culturais. O projeto também exige pelo menos o nível médio para o exercício dessas profissões, além do curso específico na linguagem braile. Quem tiver exercido a profissão de transcritor por pelo menos três anos antes da promulgação da lei também terá direito ao exercício profissional. Tanto o transcritor quanto o revisor terão jornada de 30 horas semanais.

De acordo o senador, "embora essas profissões já se encontrem estabelecidas há décadas, ainda não existem para o nosso sistema legal". Paim ressalta que a qualificação garantirá a qualidade dos trabalhos.

Proposta cria deputado exclusivo para brasileiro residente no exterior

Uma das matérias que aguardam votação no Plenário é a proposta de emenda à Constituição que permite aos brasileiros residentes no exterior votar e eleger seus representantes na Câmara dos Deputados.

Autor da proposta (PEC 5/05), Cristovam Buarque (PDT-DF) cita a estimativa de que há 3 milhões de brasileiros morando fora do país.

Os eleitos seriam representantes exclusivos dessas pessoas, escolhidos por votação majoritária.

Atualmente, os brasileiros que vivem fora podem votar apenas para presidente. Cristovam argumenta que tal situação "pode favorecer o distanciamento entre brasileiros e seu país".

Em 2009, representantes de brasileiros que moram nos Estados Unidos, vieram ao Senado para pedir urgência na votação desse projeto.



Pedro França/Senado Federal

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney
1º vice-presidente: Marta Suplicy
2º vice-presidente: Waldemir Moka
1º secretário: Cícero Lucena
2º secretário: João Ribeiro
3º secretário: João Vicente Claudino
4º secretário: Ciro Nogueira
Suplentes de secretário: Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin
Diretora-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino
Edição: Moisés Oliveira, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: Joseana Paganine, Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin, Silvio Burle e Suely Bastos
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer
Reportagem: Cíntia Sasse
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal – **E-mail:** jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 – **Fax:** (61) 3303-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF
Cep: 70.165 – 920

Presidente e relatora da Subcomissão de Dependência Química afirmam que ações repressivas como a realizada em São Paulo não são suficientes para o combate à droga

Senadores pedem engajamento contra o crack

OS SENADORES WELLINGTON Dias (PT-PI) e Ana Amélia (PP-RS) veem com ressalvas a ação repressiva realizada desde o início do ano na região da cidade de São Paulo conhecida como Cracolândia. Para os parlamentares, integrantes de comissão do Senado que em 2011 analisou a dependência química no país, medidas pontuais podem ser úteis, mas desde que integradas a providências para tratamento e reinserção social.

— Quando você ataca uma região da cidade sem resolver a raiz do problema, essas pessoas mudam de lugar, porque elas não deixam de existir. É preciso prevenir, tratar e reinserir esse dependente químico na família dele, na comunidade dele, no emprego, na escola — diz o senador, que presidiu a Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, Crack e Outros.

Na opinião de Ana Amélia, autora do relatório final da subcomissão, táticas isoladas como a adotada em São Paulo são necessárias, mas não resolvem de fato o problema.

— É necessário não só o engajamento do Congresso e do governo, mas de toda a sociedade, e atitudes mais enérgicas contra o traficante — afirma a parlamentar.

Ela apoia a internação involuntária e compulsória dos dependentes, argumentando que eles não estão com um grau de discernimento normal. Segundo a senadora, pesquisa da Confederação Nacional de Municípios (CNM) demonstra que os municípios sem ajuda das demais esferas de governo



Repressão a “cracolândias” deve ser integrada a tratamento e reinserção social, segundo os parlamentares

Divulgação/SENAS

não têm condições de enfrentar o avanço das drogas e de oferecer serviços públicos de recuperação de dependentes.

Wellington disse que a Organização Mundial da Saúde estima que o Brasil tenha um prejuízo anual de R\$ 30 bilhões no setor público devido à falta de política adequada no combate às drogas. O senador acredita que o prejuízo do setor privado alcance montante semelhante em razão de crimes cometidos por pessoas sob a influência de drogas.

A Comissão de Segurança da Câmara e a Polícia Federal estimam haver mais de 1,2 milhão de usuários de crack no Brasil. Para o senador, a quantidade atualizada já deve estar na casa dos 2 milhões.

— É possível reduzir em 30% o número de dependentes, como Portugal e Suécia já fizeram. E isso tem efeito no número de mortes no trânsito e de assaltos — argumenta.

Consequências do uso do crack para a saúde

Intoxicação pelo metal O usuário aquece a lata de refrigerante para inalar o crack. Além do vapor da droga, ele aspira o alumínio, que se desprende com facilidade da lata aquecida. O metal se espalha pela corrente sanguínea e provoca danos ao cérebro, aos pulmões, rins e ossos.

Fome e sono O organismo passa a funcionar em função da droga. O dependente quase não come ou dorme. Ocorre um processo rápido de emagrecimento. Casos de desnutrição são comuns. A dependência também se reflete em ausência de hábitos básicos de higiene e cuidados com a aparência.

Pulmões A fumaça do crack gera lesão nos pulmões, levando a disfunções. Como já há um processo de emagrecimento, os dependentes ficam vulneráveis a doenças como pneumonia e tuberculose. Também há evidências de que o crack causa problemas respiratórios agudos, incluindo tosse, falta de ar e dores fortes no peito.

Coração A liberação de dopamina faz o usuário de crack ficar mais agitado, o que leva a aumento da presença de adrenalina no organismo. A consequência é o aumento da frequência cardíaca e da pressão arterial. Problemas cardiovasculares, como infarto, podem ocorrer.

Ossos e músculos O uso crônico da droga pode levar à degeneração irreversível dos músculos esqueléticos, chamada rabdomiólise.

Sistema neurológico Oscilações de humor: o crack provoca lesões no cérebro, causando perda de função de neurônios. Isso resulta em deficiências de memória e de concentração, oscilações de humor, baixo limite para frustração e dificuldade de ter relacionamentos afetivos. O tratamento permite reverter parte dos danos, mas às vezes o quadro é irreversível.

Prejuízo cognitivo O prejuízo cognitivo pode ser grave e rápido. Há casos de pacientes com seis meses de dependência que apresentavam QI equivalente a 100, dentro da média. Em teste refeito um ano depois, o QI havia baixado para 80.

Doenças psiquiátricas Em razão da ação no cérebro, quadros psiquiátricos mais graves também podem ocorrer, com psicoses, paranoia, alucinações e delírios.

Sexo O desejo sexual diminui. Os homens têm dificuldade para conseguir ereção. Há pesquisas que associam o uso do crack à maior suscetibilidade a doenças sexualmente transmissíveis, em razão do comportamento promíscuo que os usuários adotam.

Morte Pacientes podem morrer de doenças cardiovasculares (derrame e infarto) e relacionadas ao enfraquecimento do organismo (tuberculose). A causa mais comum de óbito é a exposição à violência e a situações de perigo, por causa do envolvimento com traficantes, por exemplo.

Fonte: Jornal de Santa Catarina e A Notícia

Para Wellington, ação deve ser ampla

O senador Wellington Dias (PT-PI) lembra que o enfrentamento do crack passa pelo combate a todos os tipos de drogas. Segundo ele, de cada cem pessoas que fazem uso do crack, pelo menos 90 começaram consumindo bebidas alcoólicas ou outras drogas.

— Nenhuma droga deve ficar de fora de um plano nacional contra o crack — afirma Wellington, que presidiu uma subcomissão do Senado encarregada de discutir políticas para os dependentes de álcool e drogas.

O senador defende o aumento da cobrança de tributos sobre a comercialização de drogas lícitas — como o álcool e o cigarro — para financiar as políticas públicas de combate ao crack.

— É da cobrança de tributos sobre



Wellington Dias

as drogas lícitas, o que já se faz hoje e que pode, inclusive, ser aumentado, que devemos retirar as receitas para as políticas e programas contra as drogas — defende.

Segundo ele, o baixo custo da pedra — R\$ 5 — é na verdade ilusório, já que o dependente sente necessidade de fumar diversas vezes por dia. Como

consequência, ele aponta o aumento da incidência de furtos e crimes nas regiões próximas às “cracolândias”.

— Um consumidor como esse tem um custo que chega a R\$ 2 mil por mês. Esse consumidor, na maioria das vezes de baixa renda, não tem dinheiro para bancar esse custo. A consequência foi que, para que o dependente dê conta de seu consumo, ampliou-se o número de assaltos, de roubos, de criminalidade e de conflitos familiares — disse.

Ana Amélia: assunto será prioridade

A instalação de uma comissão mista para estudar projetos de lei relacionados à dependência química será uma das prioridades do Congresso neste semestre, de acordo com a senadora Ana Amélia (PP-RS). A criação da comissão de senadores e deputados foi uma das recomendações do



Ana Amélia

relatório de Ana Amélia, aprovado em dezembro pela subcomissão temporária do Senado que tratou das políticas sociais para dependentes químicos de álcool, crack e outras drogas, que funcionou durante nove meses na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

— Já conversei com diversos senadores e nossa primeira iniciativa será trabalhar pela instalação dessa comissão. É urgente a seleção dessas propostas e o aperfeiçoamento de

matérias em tramitação no Senado e na Câmara para enfrentar o problema das drogas e do crack — afirma Ana Amélia.

Entre as principais recomendações do relatório encaminhado à presidente Dilma Rousseff, ministros, governadores e prefeitos, além do Ministério Público e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), está a pro-

posta de atribuição de maior poder à Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (Senad). Hoje subordinada ao Ministério da Justiça, a Senad poderá ser vinculada diretamente à Presidência da República, adquirindo status de ministério.

Outra medida é a revitalização dos centros de atendimento psicossocial (CAPs), criados pelo governo para o atendimento de dependentes químicos de álcool e drogas.